

## PODER

Preocupada com as novas regras da Meta, AGU pede prioridade na avaliação de ações sobre a responsabilidade das plataformas

# Apelo ao STF para que julgue as redes

» RENATO SOUZA

Em petição enviada ao Supremo Tribunal Federal (STF), a Advocacia-Geral da União (AGU) pediu que a Corte priorize o julgamento sobre a responsabilidade de empresas de tecnologia que gerenciam plataformas de redes sociais. Estão em tramitação ações que questionam se as provedoras devem responder por conteúdos postados por usuários.

A AGU defende ainda que sejam juntadas aos autos as contribuições recebidas da sociedade civil durante audiência pública realizada em 22 de janeiro último. No encontro, especialistas e entidades manifestaram grande preocupação em relação aos impactos imediatos das novas regras de moderação de conteúdo, anunciadas pela Meta (controladora de Instagram, Facebook, Threads e Whatsapp), sobre os direitos fundamentais, especialmente em relação ao combate e à prevenção dos discursos de ódio. Porém, empresas como Meta, X Corp, TikTok, YouTube e outras não compareceram ao encontro.

No documento, a AGU sustenta que “as alterações promovidas na política de moderação de conteúdo da empresa, anunciadas no último dia 7 de janeiro, violam garantias constitucionais, legais e jurisprudenciais vigentes no país e contrariam diretrizes internacionais de proteção da integridade de informação e diversos tratados de proteção de direitos humanos”.

O órgão faz parte do processo como amicus curiae (“amigo da corte”), em duas ações que discutem o tema. Alega, ainda, na petição que “o afrouxamento das regras dos chamados ‘Termos de Uso’ das plataformas removeu restrições ao que pode

### Entenda o caso

## Duas ações

*Estão em discussão no Supremo Tribunal Federal duas ações que questionam o artigo 19 do Marco Civil da Internet. O dispositivo isenta as plataformas de responsabilização por conteúdos publicados por terceiros. No regime atual, as redes sociais apenas respondem por danos causados pelas postagens caso elas descumpram uma ordem judicial de remoção. Há duas exceções: violação aos direitos autorais e divulgação de fotos íntimas sem consentimento.*

ser postado em casos de discurso de ódio, como, por exemplo, no que diz respeito a grupos vulneráveis em questões de gênero, orientação sexual, imigração, raça e religião”.

A Meta, segundo afirma a AGU na petição, “passou a permitir a associação de pessoas LGBTQIA+ a transtornos mentais, ‘autorizando alegações de doença mental ou anormalidade quando baseadas em gênero ou orientação sexual, considerando discursos políticos e religiosos sobre transgenerismo e homossexualidade’, conforme transcrição dos novos termos de uso da plataforma”.

O julgamento da responsabilização das redes sociais foi interrompido no Supremo por um pedido de vista apresentado pelo ministro André Mendonça. Ele deve devolver o tema nas próximas semanas para que seja pautada a análise pelo plenário da Corte.

Os magistrados analisam se mantêm, alteram ou revogam o artigo 19 do Marco Civil da Internet, que determina que a

Josh Edelson/AFP



Na petição enviada ao Supremo, a AGU mencionou a preocupação com as alterações promovidas na política de moderação de conteúdo da Meta



**Revela-se premente a conclusão do julgamento, por essa Suprema Corte (...) a fim de que, ao definir balizas seguras para a responsabilização dos provedores de aplicações por danos decorrentes de atos ilícitos praticados por terceiros, se promova um ambiente digital seguro e caracterizado pelo respeito aos direitos fundamentais e aos valores democráticos”**

**Trecho da petição da AGU**

responsabilização só pode ocorrer caso exista descumprimento de ordem judicial por parte das empresas (leia Entenda o caso).

## PL anuncia evento com big techs

Evaristo Sa/AFP



O PL usou a imagem de Bolsonaro para a divulgação do seminário

O PL fará um seminário nacional de comunicação, nos dias 20 e 21, em Brasília, descrito pelo partido como “o maior evento de comunicação partidária do Brasil”. Segundo a legenda, o evento contará com representantes das big techs Meta, Google e TikTok.

A conferência ocorrerá no Centro de Convenções Ulysses Guimarães e terá como objetivo debater estratégias para fortalecer a presença do partido no cenário digital.

A legenda afirmou que ainda não tem detalhes de como as big techs participarão do seminário. A Meta, o Google e o Tiktok também não esclareceram de que forma estarão no evento, mas, segundo fontes internas, as plataformas farão um “treinamento técnico e de boas práticas” com o partido, similar ao que a Meta dará a dirigentes, parlamentares e militantes do PT.

Inicialmente, materiais internos do PL apresentavam as big techs como “parceiras” do seminário, junto a imagens do ex-presidente Jair Bolsonaro, da ex-primeira-dama Michelle Bolsonaro e do presidente do partido, Valdemar Costa Neto. Posteriormente, a divulgação foi alterada para mencionar apenas a “participação” das empresas, com a foto do ex-chefe do Executivo.

verificação externa por um modelo similar ao do X, chamado Notas da Comunidade.

O governo federal também reagiu ao anúncio de Zuckerberg, que afirmou que a América Latina possui “tribunais secretos de censura”. Como resposta, o Planalto articulou frentes de atuação no Legislativo e no Supremo Tribunal Federal (STF), que deu início ao julgamento de ações sobre a responsabilização das redes sociais, diante da omissão da Câmara dos Deputados sobre a regulamentação das plataformas.

Enquanto isso, o PT também busca se posicionar diante das plataformas digitais. Apesar das críticas anteriores à Meta, o partido organizou um curso virtual com técnicos da empresa para orientar seus dirigentes e militantes sobre redes sociais. A sessão ocorrerá em 17 de fevereiro e abordará estratégias para ampliar o alcance das publicações.

A aproximação do PT com a Meta ocorre em meio às diretrizes do novo ministro da Comunicação Social, Sidônio Palmeira. A orientação aos petistas é alinhar a narrativa do partido com a do governo e evitar interações que ampliem o engajamento de apoiadores de Bolsonaro, fazendo um uso mais estratégico das redes sociais.

## Sessão é suspensa com placar pró União

Gustavo Moreno/STF



O julgamento no Supremo foi suspenso por um pedido de vista do ministro Kássio Nunes Marques

O ministro Alexandre de Moraes, do Supremo Tribunal Federal (STF), votou a favor da incidência de Imposto de Renda de Pessoa Jurídica (IRPJ) e Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL) sobre os lucros obtidos no exterior por controladas e coligadas de empresas brasileiras. Com isso, o placar foi a 2 a 1 a favor da União. O julgamento havia sido retomado na manhã de ontem e já foi suspenso por pedido de vista do ministro Kássio Nunes Marques.

O caso concreto, que trata das controladas da Vale na Dinamarca, na Bélgica e em Luxemburgo, coloca em disputa R\$ 22 bilhões, de acordo com estimativa da Receita Federal. O valor contempla um ano de não recolhimento e a devolução de tributos relativos aos últimos cinco anos.

“Não há conflito entre a legislação brasileira, mais especificamente a tributação prevista no art. 74 da MP 2.158-35/2001, e os tratados internacionais. A norma brasileira reflete o acréscimo patrimonial da empresa controladora residente no Brasil, sem violar os limites dos tratados, os quais intentam evitar exclusivamente a dupla tributação jurídica, e não a tributação decorrente de distintas situações econômicas”, afirmou Moraes em

seu voto. Ele seguiu a corrente aberta pelo ministro Gilmar Mendes, que diverge do relator, André Mendonça.

A ação não tem repercussão geral, ou seja, o resultado não deverá ser seguido automaticamente pelas instâncias inferiores em processos semelhantes. Mas o caso preocupa a União porque pode alterar a jurisprudência do Supremo, que é favorável à União desde 2013. Ao

menos 40 ações tramitam na Justiça a respeito do tema.

De acordo com nota da Receita de fevereiro de 2023, os desdobramentos desse julgamento, em caso de resultado desfavorável à União, podem causar um impacto da ordem de R\$ 142,5 bilhões, levando em consideração os anos de 2017 a 2021, e de R\$ 28,5 bilhões anuais futuros.

A Corte discute se o artigo

7º de tratados firmados pelo Brasil com outros países para evitar a bitributação impede a Receita Federal de cobrar IRPJ e CSLL sobre lucros auferidos por controladas de empresas brasileiras localizadas em território estrangeiro. Os tratados estabelecem que os lucros devem ser tributados no país de localização da controlada, exceto se houver um estabelecimento permanente no Brasil.

### Janja irá a reunião sobre fome em Roma

Ed Alves/CB/DA.Press



A primeira-dama Rosângela Lula da Silva, a Janja, foi designada para participar da 48ª Sessão do Conselho de Governança do Fundo Internacional de Desenvolvimento Agrícola (Fida), no período de 9 a 14 de fevereiro. A reunião será realizada em Roma, na Itália. O decreto com a designação foi publicada na edição de ontem do Diário Oficial da União (DOU). O Fida é uma instituição multilateral que investe na agricultura e no desenvolvimento rural para reduzir a pobreza e a fome, atuando especialmente em regiões remotas e vulneráveis de

países em desenvolvimento. Janja participará de uma reunião que definirá o presidente da Aliança Global de Combate à Fome. Ela foi convidada pelo ministro do Desenvolvimento Social, Wellington Dias, que vai liderar a comitiva. O objetivo da viagem de Janja e Dias é conquistar a presidência da Aliança Global de Combate à Fome, um bloco multilateral formado por 142 membros entre países, instituições internacionais e organizações não governamentais (ONGs). A iniciativa foi lançada durante a última Cúpula do G20, no Rio, em novembro.